

Consolidação das Principais Alterações Normativas Federais em 2018

2018 foi um ano de importantes modificações normativas federais que impactam diretamente na vida empresarial e do cidadão, seja nas áreas Financeira/Administrativa e principalmente nas áreas Tributárias/Fiscal, Trabalhista/Previdenciária e Contábil.

Temos aqui neste texto a pretensão de consolidar as normativas federais mais relevantes editadas em 2018 e que terão o maior impacto para os empresários, contadores, advogados, administradores, economistas e demais profissionais que militam no mundo empresarial, sejam Pequenos, Médios e Grandes empreendedores.

Não temos a intenção de esgotar todas as alterações, haja vista que muitas são específicas mais de pontuar as mais abrangentes e relevantes, nos âmbitos Tributários, Previdenciário, Trabalhista e Contábil, conforme nosso entendimento, assim elencadas:

LEIS FEDERAIS

- **Lei nº 13.636/2018** - Dispõe sobre o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO)
- **Lei nº 13.726/2018** - Dispensa o Reconhecimento de Firma e Autenticação, racionaliza atos e procedimentos administrativos dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e institui o Selo de Desburocratização e Simplificação

DECRETOS FEDERAIS

- **Decreto nº 9.580/2018** - Institui o novo Regulamento do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza, em substituição ao RIR 199 (Decreto
- **Decreto nº 9.525/2018** - Altera o Decreto nº 6.956, de 9 de setembro de 2009, que regulamenta o disposto na Lei nº 11.898, de 8 de janeiro de 2009, que dispõe sobre o Regime de Tributação Unificada na importação, por via terrestre, de mercadorias procedentes do Paraguai.

▪ **Decreto nº 9.514/2018** - Altera a Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados - TIPI, aprovada pelo Decreto nº 8.950, de 29 de dezembro de 2016

▪ **Decreto nº 9.493/2018** - Aprova o Regulamento para a Fiscalização de Produtos Controlados.

▪

▪ **Decreto nº 9.547/2018** - Institui o Programa Brasil Mais Produtivo.

▪ **Decreto nº 9.442/2018** - Altera as alíquotas do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI incidente sobre veículos equipados com motores híbridos e elétricos.

▪ **Decreto de nº 9.405/2018** - Estabelece as condições simplificadas e favorecidas para cumprimento da Lei nº 13.146/2015, para inclusão da Pessoa com Deficiência, também conhecido como Estatuto da Pessoa com Deficiência.

▪ **Decreto nº 9.394/2018** - Altera a Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados - TIPI, aprovada pelo Decreto nº 8.950, de 29 de dezembro de 2016.

▪ **Decreto nº 9.393/2018** - Altera o Decreto nº 8.415, de 27 de fevereiro de 2015, que regulamenta a aplicação do Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para as Empresas Exportadoras - Reintegra

▪ **Decreto nº 9.391/2018** - Altera o Decreto nº 5.060, de 30 de abril de 2004, que reduz as alíquotas da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico incidente sobre a importação e a comercialização de petróleo e seus derivados, gás natural e seus derivados, e álcool etílico combustível, e o Decreto nº 5.059, de 30 de abril de 2004, que reduz as alíquotas da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins incidentes sobre a importação e a comercialização de gasolina, óleo diesel, gás liquefeito de petróleo e querosene de aviação

▪ **Decreto nº 9.283/2018** - Regulamenta a Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004, a Lei nº 13.243, de 11 de janeiro de 2016, o art. 24, § 3º, e o art. 32, § 7º, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, o art. 1º da Lei nº 8.010, de 29 de março de 1990, e o art. 2º, caput, inciso I, alínea "g", da Lei nº 8.032, de 12 de abril de 1990, e altera o Decreto nº 6.759, de 5 de fevereiro de 2009, para estabelecer medidas de incentivo à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo, com vistas à capacitação tecnológica, ao alcance da autonomia tecnológica e ao desenvolvimento do sistema produtivo nacional e regional.

RESOLUÇÕES

▪ **Resolução CGSN nº 140/2018** - Substituiu toda a Resolução nº 94/2011 para regulamentar sobre o Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (**Simples Nacional**).

▪ **Resolução CGSN nº 141/2018** - Dispõe sobre o Programa Especial de Regularização Tributária das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional (Pert-SN), destinado ao Microempreendedor Individual e as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (**Simples Nacional**).

INSTRUÇÕES NORMATIVAS

▪ **IN RFB nº 1854/2018** - Altera a Instrução Normativa RFB nº 1.169, de 29 de junho de 2011, que estabelece procedimentos especiais de controle na importação ou na exportação, e a Instrução Normativa RFB nº 1.282, de 16 de julho de 2012, que dispõe sobre a descarga direta e o despacho aduaneiro de importação de mercadoria transportada a granel.

▪ **IN RFB nº 1845/2018** - Institui o Cadastro Nacional de Obras (CNO) e dispõe sobre o seu funcionamento.

▪ **IN RFB nº 1844/2018** - Regulamenta, no âmbito da Secretaria da Receita Federal do Brasil, o Programa de Regularização Tributária Rural (PRR).

▪ **IN RFB nº 1843/2018** - Altera a Instrução Normativa RFB nº 985, de 22 de dezembro de 2009, que institui a Declaração de Serviços Médicos (Dmed).

▪ **IN RFB nº 1842/2018** - Altera a Instrução Normativa RFB nº 1.701, de 14 de março de 2017, que institui a Escrituração Fiscal Digital de Retenções e Outras Informações Fiscais (**EFD-Reinf**).

▪ **IN RFB nº 1837/2018** - Altera a Instrução Normativa RFB nº 971, de 13 de novembro de 2009, que dispõe sobre normas gerais de tributação previdenciária e de arrecadação das contribuições sociais destinadas à Previdência Social e das destinadas a outras entidades ou fundos, administradas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB).

▪ **IN RFB nº 1835/2018** - Altera a Instrução Normativa RFB nº 1.571, de 2 de julho de 2015, que dispõe sobre a obrigatoriedade de prestação de informações relativas às operações financeiras de interesse da Secretaria da

▪ **IN RFB nº 1828/2018** - Dispõe sobre o Cadastro de Atividade Econômica da Pessoa Física (CAEPF).

▪ **IN RFB nº 1817/ 2018** - Dispõe sobre o Registro Especial de Controle de Papel Imune de que tratam os arts. 1º e 2º da Lei nº 11.945, de 4 de junho de 2009.

▪ **IN RFB nº 1812/ 2018** - Altera a Instrução Normativa RFB nº 1.436, de 30 de dezembro de 2013, que dispõe sobre a Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB), destinada ao Regime Geral de Previdência Social (RGPS), devida pelas empresas referidas nos arts. 7º e 8º da Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011

▪ **IN RFB nº 1810/ 2018** - Altera a Instrução Normativa RFB nº 971, de 13 de novembro de 2009, que dispõe sobre normas gerais de tributação previdenciária, e a Instrução Normativa RFB nº 1.717, de 17 de julho de 2017, que estabelece normas sobre restituição, compensação, ressarcimento e reembolso.

▪ **IN RFB nº 1802/ 2018** - Altera a Instrução Normativa RFB nº 1.415, de 4 de dezembro de 2013, que dispõe sobre o regime aduaneiro especial de exportação e importação de bens destinados às atividades de pesquisa e de lavra das jazidas de petróleo e de gás natural (Repetro).

▪ **IN RFB nº 1801/ 2018** - Dispõe sobre operações de câmbio e a manutenção de recursos no exterior, em moeda estrangeira, relativos a exportações de mercadorias e serviços, e institui obrigação de prestar informações à Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB).

▪ **IN RFB nº 1800/ 2018** - Dispõe sobre a prestação de serviço de perícia para identificação e quantificação de mercadoria importada e a exportar e regula o processo de credenciamento de órgãos, entidades e peritos.

▪ **IN RFB nº 1799/ 2018** - Estabelece normas complementares à Portaria MF nº 307, de 17 de julho de 2014, que dispõe sobre a aplicação do regime aduaneiro especial de loja franca em fronteira terrestre.

▪ **IN RFB nº 1796/ 2018** - Altera as Instruções Normativas RFB nºs 1.415, de 4 de dezembro de 2013, 1.600, de 14 de dezembro de 2015, e 1.781, de 29 de dezembro de 2017, que dispõem sobre regimes aduaneiros especiais.

▪ **IN RFB nº 1790/ 2018** - Dispõe sobre a aplicação de procedimentos simplificados ao despacho aduaneiro de bens, equipamentos e componentes aeronáuticos destinados a conserto, reparo, revisão e manutenção de aeronaves.

▪ **IN RFB nº 1787/ 2018** - Dispõe sobre a Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais Previdenciários e de Outras Entidades e Fundos (DCTFWeb).

▪ **IN RFB nº 1786/ 2018** - Altera a Instrução Normativa RFB nº 1.778, de 29 de dezembro de 2017, a Instrução Normativa RFB nº 1.455, de 6 de março de 2014, e dispõe sobre a depreciação, amortização ou exaustão dos bens adquiridos de partes vinculadas nos termos do parágrafo único do art. 2º do Decreto nº 9.128, de 17 de agosto de 2017.

▪ **IN RFB nº 1785/ 2018** - Altera a Instrução Normativa RFB nº 1.598, de 9 de dezembro de 2015, que dispõe sobre o Programa Brasileiro de Operador Econômico Autorizado.

▪ **IN RFB nº 1783/ 2018** - Dispõe sobre a solicitação de serviços mediante dossiê digital de atendimento

▪ **IN RFB nº 1782/ 2018** - Dispõe sobre a entrega de documentos no formato digital para juntada a processo digital ou a dossiê digital no âmbito da Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Sendo assim, com identificação das normativas acima procuramos apresentar os temas mais importantes publicados em **2018**. Caso necessite de outras consultas, recomendamos pesquisa nos portais abaixo citados.

- www.planalto.gov.br - Leis e Decretos Federais
- <http://idg.receita.fazenda.gov.br/> - Legislação Tributária Federal
- <http://www8.receita.fazenda.gov.br/simplesnacional/> - Legislação Tributária - Simples Nacional

Elaborado por Paulo Henrique de Souza Carvalho. Bacharel de Ciências Contábeis, Pós-Graduado em Auditoria e Controladoria pela Universidade de Brasília/DF, Professor Universitário, Auditor e Consultor de Empresas nas áreas de Legislação Voltada as Micro e Pequenas Empresas, Gestão Empresarial e Financeira. Sócio Diretor de empresa de Consultoria, Auditoria e Assessoria Contábil.
